

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.002 - SP (2018/0332950-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **ROBINSON COTARELLI**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 MARIANA COSTA DE PAIVA BAZO - DEFENSOR PÚBLICO
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE JUNDIAI**
ADVOGADO : **PAULA HUSEK SERRÃO E OUTRO(S) - SP227705**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Robinson Cotarelli**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 193):

MANDADO DE SEGURANÇA. APELAÇÃO CÍVEL - direito à saúde. Dispensação de medicamento. Tratamento de diabetes e aterosclerose.

Preliminar. Ilegitimidade passiva. Inexistência. Unicidade do sistema de saúde (SUS). Responsabilidade solidária dos entes federativos pela prestação de ações e serviços de saúde, podendo ser cada um deles, individual ou conjuntamente, demandado para responder sobre tal obrigação.

Preliminar. Falta de interesse de agir, por inadequação da via mandamental. Inocorrência. Desnecessária a dilação probatória, já que demonstradas, de plano, as razões fáticas do pleito deduzido.

Mérito. Direito à saúde, que é dever do estado (art. 196 da Constituição Federal). Direito à vida e à dignidade da pessoa humana que não podem ser suplantados pela omissão ou pela conduta abusiva da Administração Pública.

Quadro de saúde, necessidades e condições particulares de cada indivíduo que devem ser observados, em cada caso concreto.

Pleito de dispensação de medicamento acolhido.

Multa diária. Mandado de segurança. Impossibilidade. Ordem de caráter pessoal. Sanções para o caso de descumprimento da ordem previstas no art. 26 da lei nº 12.016/09.

APELO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO E REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO, APENAS PARA QUE SE OBSERVE A INAPLICABILIDADE DE MULTA DIÁRIA NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM MANDAMENTAL.

Nas razões recursais, a parte recorrente aponta violação aos arts. 536, § 1º, e 537 do CPC. Sustenta, em síntese, que: (I) "*conforme matéria consolidada e sedimentada no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, inclusive em sede da apreciação do Recurso Especial Repetitivo nº 1.069.810, que permite o bloqueio de verbas públicas, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, para que seja fornecido o medicamento ao cidadão*" (fl. 214); e (II) "*o Código de Processo Civil, em seus artigos 536, § 1º, e 537, é claro quanto à possibilidade de fixar a multa, não havendo razão nem previsão legal para deixar de fixá-la sob o argumento de tratar-se de mandado de segurança*" (fl. 214).

Transcorreu *in albis* o prazo para contrarrazões (fl. 219).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 235/238).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A questão versada no presente especial gira em torno da possibilidade, ou não, de no mandado de segurança a multa coercitiva prevista no art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC poder recair diretamente na pessoa da própria autoridade coatora.

Registre-se, de logo, inexistir controvérsia no STJ quanto à possibilidade de a imposição da multa diária (*astreinte*) incidir sobre o ente público a que vinculada a autoridade impetrada. Exemplificativamente, no **RMS 43.654/GO**, 2ª Turma, Rel.^a Min.^a Assusete Magalhães, assinalou-se que: "*É possível o bloqueio de verba e a imposição de multa, com fundamento no art. 461, §§ 4º e 5º do Código de Processo Civil, para compelir o réu a cumprir obrigação de fazer ou não fazer, norma que o STJ tem aplicado subsidiariamente ao mandado de segurança*" (DJe 14/5/2014). Semelhante entendimento também se encontra na decisão proferida no **AgRg nos EDcl no RMS 41.734/GO**, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 24/2/2014.

Por outro lado, no âmbito das ações civis públicas, cumpre registrar que o STJ hospeda julgados contrários à imposição de *astreintes* ao agente público que, por não ser réu na relação processual, não teve assegurada a ampla defesa (p.ex.: **REsp**

1.433.805/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 24/6/2014, **REsp 1.315.719/SE**, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18/9/2013 e **AgRg no AREsp 196.946/SE**, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 16/5/2013).

No entanto, diversamente se passam as coisas quando se está frente a ação constitucional de mandado de segurança, pois que neste especialíssimo procedimento, tanto em sua anterior legislação de regência (Lei nº 1.533/51) como na atual (Lei nº 12.016/09), a autoridade coatora, embora não figure como parte material ou formal, participa ativamente da relação jurídico-processual, incumbindo-lhe, para além de prestar as informações, dar efetivo cumprimento às decisões proferidas pelo juízo da causa.

Torna-se lícito, então, afirmar que a autoridade impetrada, por sua relevante atuação processual, ganha contornos, quando menos, de parte *sui generis*, a ponto de a vigente Lei nº 12.016/09, de modo expresso, prever que a ela se estende "o direito de recorrer" (art. 14, § 2º).

Por outro viés, a dignidade constitucional de que se reveste o *mandamus* (art. 5º, LXIX e LXX, da CF) justifica e legitima o conjunto de medidas sancionatórias imponíveis ao indigitado agente coator que, de forma injustificada, cause embaraço ou se recuse a dar cumprimento às decisões judiciais proferidas no curso do *writ*.

A tanto, cabe destacar as consequências contempladas no art. 26 da Lei nº 12.016/09, que diz constituir crime de desobediência o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança, sem prejuízo das sanções administrativas e da aplicação da Lei nº 1.079/50 (crimes de responsabilidade).

No âmbito do Código de Processo Civil, por sua vez, o art. 14 preceitua configurar ato atentatório ao exercício da jurisdição (*contempt of Court*), punível pecuniariamente e sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, a conduta que viole o dever de "*cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final*" (inc. V).

Certamente, então, que a autoridade coatora recalcitrante, sujeitando-se a

esse plexo de reprimendas, também revela aptidão para atrair, até mesmo cumulativamente, a responsabilidade pessoal pelo pagamento de multa diária que lhe seja aplicada com apoio no art. 461, §§ 4º e 5º do CPC.

Por oportuno, frise-se que em nenhum momento de suas razões recursais o Estado chega a argumentar com a existência de dificuldade ou embaraço que tenha impedido seu agente público (a autoridade coatora) de dar fiel e tempestivo cumprimento à ordem contida na medida liminar de fls. 28/30. Sua tese, ao contrário, escora-se, unicamente, no argumento de que o patrimônio pessoal do impetrado não poderia ser atingido por não se tratar ele de parte na relação processual, cuja tese, entretanto, não encontra amparo nas regras sancionatórias antes referidas.

Forte nesse conjunto de argumentos, tenho que deva ser reformado o hostilizado acórdão paulista, para que seja viabilizada a imposição de *astreintes* em face de autoridade coatora que, imotivadamente, deixa de dar cumprimento a comando judicial oriundo de ação de mandado de segurança.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem para a fixação da multa.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator